



LEI Nº 1.666/2024

DISPÕE SOBRE A LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante, E. Santo, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte;

L E I:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O Orçamento do Município de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2025, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I**– Metas Anuais;
- II**– as Prioridades da Administração Municipal;
- III** – a Estrutura dos Orçamentos;
- IV**– as Diretrizes para a elaboração do orçamento do Município;
- V**– o regime de execução obrigatória das programações orçamentárias;
- VI** – as programações incluídas ou acrescidas por emendas;
- VII**– as programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e por emendas de bancada, nos termos do disposto nos §§ 9º, 11 e 12 do art. 166 da Constituição;
- VIII**– as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- IX**–as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- X**–as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e





XI – as Disposições Gerais.

CAPÍTULO II DAS METAS ANUAIS

Seção I Das Metas Fiscais

Art. 2º – Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2025, estão identificadas nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com as Portaria STN Nº 23 de 11 de dezembro de 2023 e 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público –MCASP.

Art. 3º – A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta.

Art. 4º – Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes demonstrativos:

Demonstrativo I – Metas Anuais;

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais
Exercício Anterior

Demonstrativo III – Metas Fiscais atuais Comparadas com as Fixadas
nos Três Exercícios Anteriores

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com
Alienação de Ativos

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas

Demonstrativo X – Total das Receitas e Memória de Cálculo

Demonstrativo XI – Total das Despesas e Memória de Cálculo





Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração Municipal

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Parágrafo Único – Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Seção II Das Metas Anuais

Art. 5º – Em cumprimento ao §1º, do art.4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo I – Metas Anuais – será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2025 e para os dois seguintes.

§ 1º – Os valores correntes dos exercícios de 2025, 2026 e 2027 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN N° 23 de 11 de dezembro de 2023 e 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

§ 2º – Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

Seção III

Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três Exercícios Anteriores

Art.6º – De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e





metodologia de cálculo, que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único – Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

Seção IV

Evolução do Patrimônio Líquido

Art. 7º – Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação, demonstrando sua evolução a cada exercício.

Seção V

Origem da Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Art. 8º – O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos – deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Seção VI

Estimativa e Compensação da renúncia de Receita

Art. 9º – Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da





renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º – A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Art. 10 – Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Controle de inspeção controle e fiscalização, desde que os respectivos valores não tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

Art. 11 – A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Seção VII

Margem de expansão das despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 12 – O Art. 17 da LRF considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único – O Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado – destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.





Seção VIII

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública

Subseção I

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais das Receitas e das despesas

Art. 13 – O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único – De conformidade com a Portaria STN N° 23 de 11 de dezembro de 2023 e 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP., a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2025, 2026 e 2027.

Subseção II

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Primário

Art. 14 – A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único – O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

Subseção III





Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do resultado Nominal

Art. 15 – O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único – O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

Subseção IV

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Montante da Dívida Pública.

Art. 16 – Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único – Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2025, 2026 e 2027.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17 – As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2025 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º – Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2025 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.





§ 2º – Na elaboração da proposta orçamentária para 2025, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18 – O orçamento para o exercício financeiro de 2025 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19 – A Lei Orçamentária para 2025 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Administrativas e Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN nº. 42/1999 e nº. 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Art. 20 – A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21 – O Orçamento para exercício de 2025 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (Arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).





Art. 22 – Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2025 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 23 – O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo suas propostas parciais até o dia 31 de agosto de 2024, para consolidação ao Orçamento Geral do Município, em conformidade à Emenda Constitucional nº 25/2000 (Legislativo) e, no que couber, à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 23 - A – As emendas individuais apresentadas pelos parlamentares ao projeto de lei orçamentária, serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior, devendo a metade desse percentual ser destinado a ações e serviços públicos de saúde, e as emendas de bancada apresentadas pelas bancadas ao projeto de lei orçamentária, serão aprovadas no limite de 1,0% (uma por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior.

Parágrafo único – É obrigatória a execução orçamentária e financeira prevista no caput deste artigo, devendo seguir as regras contidas junto ao artigo 131 – A da Lei Orgânica Municipal, bem como do artigo 166, § 9º e § 11º da Constituição Federal.

Art. 24 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e





IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25 – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, poderão ser programadas para 2025, desde que seja feita alteração a esta Lei anterior à data de elaboração da Proposta Orçamentária para 2025, e se demonstre em anexo específico (art. 4º, § 2º, inciso V da LRF).

Art. 26 – Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º – Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2024.

§ 2º – Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 27 – O Orçamento para o exercício de 2025 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º – Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de novembro de 2025, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.





Art. 28 – Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 – O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 – Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2025 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas/OSC beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas conforme Art. 38 do Decreto Municipal 2.846/2017 e pela Lei Federal 13.019/2014.

Art. 32 – O Poder Executivo poderá realizar Termo de Colaboração ou Fomento com as entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de Utilidade Pública, que visem à prestação de serviços essenciais de assistência social, educacional, esportivo e recreativo, desde que elaborem prestações de contas de cada parcela de recursos recebidos e estejam em dia com os fiscos federal, estadual, municipal e trabalhista.

§ 1º – Os repasses serão concedidos conforme estabelecido no Termo de Colaboração ou Fomento firmado entre as partes.

§ 2º – Somente será concedido novo repasse após prestação de contas do repasse anterior, aprovação conforme trâmite definido no Decreto 2.846/2017.





Art. 33 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2025, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item no art. 75,II da lei 14.133/2021.

Art. 34 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 – Nenhuma obra nova poderá ser iniciada quando a sua implantação implicar em prejuízo do cronograma físico-financeiro de projetos em execução, ressalvadas aquelas em que os recursos tenham destinação específica.

Art. 36 – Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2025 a preços correntes.

Art. 38 – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

§ 1º – O Poder Executivo e Legislativo poderão, mediante Decreto do Poder Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.





§ 2º – As modificações a que se refere o parágrafo anterior também poderão ocorrer até o limite de noventa e cinco por cento do valor das despesas fixadas, os quais deverão ser abertos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme art. 42 e 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 39 – Durante a execução orçamentária de 2025, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Administrativas e/ou Gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2025 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo único. Os Projetos/Atividades criados e inseridos na Lei Orçamentária Anual, através de Emendas Impositivas, Individuais e de Bancada, deverão ser inseridas no Plano Plurianual através alteração legislativa de autoria do Poder Executivo com protocolo num prazo de 30 (trinta) dias da vigência da Lei Orçamentária Anual

Art. 40 – Fica o Poder Legislativo e o Poder Executivo, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares, no limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada em seus respectivos orçamentos, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, podendo para tanto, utilizar os recursos definidos nos termos do artigo 7º e 43 § 1º da Lei nº 4.320/64.

Art. 41 – Fica o executivo municipal autorizado a incluir receita e despesa provenientes de assinaturas de convênios assinados no decorrer deste exercício.

Art. 42 – O poder executivo fica autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, até o limite de 1% (um por cento) da receita estimada, ou no limite da despesa de capital, nos termos da legislação em vigor;

Art. 43 – Fica o poder executivo autorizado a incluir novas fontes de recursos nas dotações já existentes no orçamento, visando atender a convênios e outras receitas não previstas, porém já existindo dotação orçamentária própria.

Art. 44 – Fica o poder executivo autorizado a atualizar as contas contábeis de receita, fontes de recursos e ou elementos de despesa para compatibilização





de possíveis alterações do plano de contas aplicado ao setor público – PCASP, de acordo com o manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP e anexos do CidadES.

Art. 45 – Não oneram o limite de abertura de crédito suplementar estabelecido no artigo 40 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025, nos seguintes casos:

I – As suplementações ou remanejamentos efetuados utilizados como fonte de recursos os convênios, conforme parecer consulta TCEES nº 028/2004;

II – Remanejamento de valores, dentro de uma mesma dotação (ficha), com fontes de recursos diferentes;

III – O superávit verificado no exercício anterior;

IV – O excesso de arrecadação.

Art. 46 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 47 – Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2025 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 48 – O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, e 15% (quinze por cento) na Saúde, nos termos da Emenda Constitucional 29/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL





Art. 49 – A Lei Orçamentária de 2025 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 50 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 51 – Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 52 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2025, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2025.

Art. 53 – Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2025, Executivo e Legislativo, não excederá, em Percentual da Receita Corrente Líquida, os limites prudenciais de 51,30% e de 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 54 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).





Art. 55 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I** – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II** – eliminação das despesas com horas extras;
- III** – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV** – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 56 – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 57 – O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).





Art. 58 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 59 – Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo Código Tributário Municipal pela UFM.

Art. 60 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO IX

DO REGIME DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA DAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA

Art. 61 – A administração pública municipal tem o dever de executar as programações orçamentárias, por intermédio dos meios e das medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 1º – O disposto no caput:

I – subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;

II – não se aplica nas hipóteses de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados; e

III – aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º – Para fins do disposto no caput, entende-se como programação orçamentária o detalhamento da despesa por função, subfunção, unidade orçamentária, programa, ação e subtítulo.





§ 3º – O dever de execução a que se referem o caput deste artigo e o § 10 do art. 165 da Constituição Federal corresponde à obrigação do gestor de adotar as medidas necessárias para executar as dotações orçamentárias disponíveis, nos termos do disposto no § 2º, referentes a despesas primárias discricionárias, inclusive aquelas resultantes de alterações orçamentárias, e compreende:

I – a realização do empenho até o término do exercício financeiro, exceto na hipótese prevista no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, em que deverá ser realizado até o término do exercício financeiro, subsequente, observados os princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia, da efetividade e da economicidade; e

II – a liquidação e o pagamento, admitida a inscrição em restos a pagar regulamentada em ato do Poder Executivo municipal.

§ 4º – O empenho abrangerá a totalidade ou a parcela da obra que possa ser executada no exercício financeiro ou dentro do prazo de validade dos restos a pagar.

Art. 62 – Para fins do disposto no inciso II ao § 11 do art. 165 e no § 13 do art. 166 da Constituição Federal, entende-se como impedimento de ordem técnica a situação ou o evento de ordem tática ou legal que obsta ou suspende a execução da programação orçamentária.

§ 1º – O dever de execução das programações estabelecido no § 10 do art. 165 e no § 11 do art. 166 da Constituição Federal não impõe a execução de despesa no caso de impedimento de ordem técnica.

§ 2º – São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica, sem prejuízo de outras posteriormente identificadas em ato do Poder Executivo municipal:

I – a ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;

II – a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

III – a não comprovação, por parte dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando a cargo do empreendimento após a sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para sua operação e sua manutenção;





IV – a não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para conclusão do projeto ou de etapa útil, com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

V – a incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

VI – a incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária e do respectivo subtítulo; e

VII – os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho dentro do exercício financeiro.

Art. 63 – As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias primárias discricionárias serão elaboradas pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão os relatórios de prestação de contas anual do Poder Executivo.

CAPÍTULO X

DAS PROGRAMAÇÕES INCLUÍDAS OU ACRESCIDAS POR EMENDAS

Art. 64 – Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2025, entendem-se como programações incluídas ou acrescidas por meio de emendas, aquelas referentes às despesas primárias discricionárias.

Art. 65 – É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa e observados os limites constitucionais, das programações decorrentes de emendas individuais e de emendas de bancada.

§ 1º – Considera-se equitativa a execução das programações que observe critérios objetivos e imparciais, independentemente de sua autoria.

§ 2º – A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho, a liquidação e o pagamento, observado o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição Federal.

§ 3º – Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, os





montantes de execução obrigatória das programações poderão ser reduzidos até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

§ 4º – As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 do art. 166 da Constituição Federal não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, hipótese em que se aplicará o disposto nos arts. 39 e 40.

Art. 66 – As emendas individuais e as emendas de bancada somente poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária.

CAPÍTULO XI

DAS PROGRAMAÇÕES INCLUÍDAS OU ACRESCIDAS POR EMENDAS INDIVIDUAIS E POR EMENDAS DE BANCADA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS §§ 9º, 11 E 12 DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO

Art. 67 – Em atendimento ao disposto no §14 do art. 166 da Constituição Federal, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais e emendas de bancada de execução obrigatória, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

I – Até 15 de Janeiro de 2025, para que os autores de emendas individuais e de emendas de bancada indiquem beneficiários e ordem de prioridade, por meio de ofício da mesa diretora ao executivo municipal;

II – até 25 de janeiro de 2025, para divulgação dos programas por meio de publicação em sítio eletrônico oficial da prefeitura e para dar ciência solicitando aceite das emendas por meio de ofício dos autores das emendas aos beneficiários;

III - até 05 de fevereiro de 2024, para que os beneficiários enviem o aceite ou recusa por meio de ofício ao executivo municipal, ao qual deverá ser protocolado no setor de protocolo da prefeitura municipal de Venda Nova do Imigrante – ES.

IV– Até 15 de fevereiro de 2025 para que o Poder Executivo informe ao Poder Legislativo quais emendas tiveram recusa ou perda de prazo dos beneficiários.





V – até 25 de fevereiro de 2025, em caso de recusa ou perda de prazos por parte dos beneficiários, para o remanejamento das propostas com indicação de ordem de prioridade e ofício dos autores das emendas aos beneficiários para que enviem o aceite ou recusa por meio de ofício ao executivo municipal, ao qual deverá ser protocolado no setor de protocolo da prefeitura municipal de Venda Nova do Imigrante – ES.

VI – até 25 de março de 2025 para envio das propostas e planos de trabalhos, com os documentos, certidões e declarações obrigatórias, nos termos da Lei nº 13.019/2014, os quais deverão ser protocolados pelos beneficiários no setor de protocolo da prefeitura municipal de Venda Nova do Imigrante – ES.

VII – até 30 de abril de 2025 para que o Poder Executivo avalie as propostas e planos de trabalhos, protocoladas pelos beneficiários e oficialize os mesmos com parecer relativo a aprovação ou ajustes necessários. Em caso de aprovação, desde já, procederá com a convocação dos beneficiários para formalização dos instrumentos de parceria para recebimento dos recursos proveniente das emendas. Em se tratando de impedimento insanável, o poder Executivo deverá notificar o poder legislativo Municipal, para os autores das Emendas indicarem o seu respectivo remanejamento;

VIII – até 30 de maio de 2025 para que os beneficiários encaminhem os ajustes necessários nos planos de trabalho, quando houver, ao qual deverá ser protocolado, por meio de ofício no setor de protocolo da prefeitura municipal de Venda Nova do Imigrante – ES, e para o Poder Legislativo indicar ao Poder Executivo Municipal o remanejamento das emendas com impedimento insanável, quando for o caso;

IX – até 30 de junho de 2025, para que o Poder Executivo proceda a reanálise das propostas e planos de trabalhos ajustados, protocoladas pelos beneficiários e oficializem os mesmos com parecer relativo à aprovação ou rejeição por impedimentos de ordem técnicas, e prazo final para que o Executivo encaminhe Projeto de Lei com o remanejamento indicado pelos autores das emendas com impedimento;

X – até 15 de julho de 2025, para publicação das rejeições por impedimentos de ordem técnicas das propostas reapresentadas.

XI – até 30 de julho de 2025, para convocação dos beneficiários para formalização dos instrumentos de parceria para recebimento dos recursos proveniente das emendas remanejadas.



XII – até 28 de dezembro de 2025, para transferência dos recursos proveniente das emendas aos beneficiários ou remanejamento conforme § 4º do artigo 42 da presente lei.

§ 1º – Caso haja necessidade de limitação de empenho e pagamento, em observância ao disposto no § 18 do art. 166 da Constituição Federal, os valores incidirão na ordem de prioridade definida pelos autores das emendas.

§ 2º – Na abertura de créditos adicionais não poderá haver redução do montante de recursos orçamentários destinados na Lei Orçamentária e nos seus créditos adicionais, por autor, relativos a ações e serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 15 de outubro de 2024, prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o Projeto de Lei Orçamentária for rejeitado integral ou parcialmente pelo Legislativo, ficará o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária do exercício imediatamente anterior ao da proposta rejeitada.

§ 3º – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2025, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 69 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.





Art. 70 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 71 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração Direta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 72 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 73 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Venda Nova do Imigrante/ES, 08 de agosto 2024.



JOÃO PAULO SCHETTINO MINETI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	149.600.000,00	144.666.860,07	0,111	106,782	152.800.000,00	142.351.963,74	0,111	107,004	154.272.000,00	138.475.043,94	0,110	107,304
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	147.100.000,00	142.249.298,91	0,109	104,997	150.100.000,00	139.836.582,18	0,109	105,113	151.472.000,00	135.961.754,92	0,108	105,356
Receitas Primárias Correntes	137.599.000,00	133.061.599,46	0,102	98,216	140.099.000,00	130.519.422,57	0,102	98,109	140.971.000,00	126.536.023,51	0,101	98,052
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.700.000,00	19.050.381,98	0,015	14,061	20.200.000,00	18.818.780,55	0,015	14,146	20.500.000,00	18.400.866,01	0,015	14,259
Transferências Correntes	113.998.000,00	110.238.855,04	0,084	81,370	115.748.000,00	107.833.475,78	0,084	81,057	116.100.000,00	104.211.733,83	0,083	80,753
Demais Receitas Primárias Correntes	3.901.000,00	3.772.362,44	0,003	2,784	4.151.000,00	3.867.166,24	0,003	2,907	4.371.000,00	3.923.423,67	0,003	3,040
Receitas Primárias de Capital	9.501.000,00	9.187.699,45	0,007	6,782	10.001.000,00	9.317.159,62	0,007	7,004	10.501.000,00	9.425.731,41	0,008	7,304
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	149.600.000,00	144.666.860,07	0,111	106,782	152.800.000,00	142.351.963,74	0,111	107,004	154.272.000,00	138.475.043,94	0,110	107,304
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	147.692.600,00	142.822.357,61	0,109	105,420	151.152.600,00	140.817.208,34	0,110	105,850	152.772.000,00	137.128.639,11	0,109	106,261
Despesas Primárias Correntes	129.740.000,00	125.461.754,18	0,096	92,606	133.650.000,00	124.511.387,13	0,097	93,593	134.569.400,00	120.789.926,74	0,096	93,600
Pessoal e Encargos Sociais	62.015.000,00	59.970.022,24	0,046	44,265	65.020.000,00	60.574.114,41	0,047	45,533	65.179.400,00	58.505.239,31	0,047	45,336
Outras Despesas Correntes	67.725.000,00	65.491.731,94	0,050	48,341	68.630.000,00	63.937.272,72	0,050	48,061	69.390.000,00	62.284.687,43	0,050	48,264
Despesas Primárias de Capital	16.502.600,00	15.958.417,95	0,012	11,779	17.002.600,00	15.840.009,81	0,012	11,907	17.502.600,00	15.710.390,12	0,013	12,174
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.450.000,00	1.402.185,48	0,001	1,035	500.000,00	465.811,40	0,000	0,350	700.000,00	628.322,25	0,001	0,487
Receita Total (COM FONTES RPPS)	149.600.000,00	144.666.860,07	0,111	106,782	152.800.000,00	142.351.963,74	0,111	107,004	154.272.000,00	138.475.043,94	0,110	107,304
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	149.600.000,00	144.666.860,07	0,111	106,782	152.800.000,00	142.351.963,74	0,111	107,004	154.272.000,00	138.475.043,94	0,110	107,304
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(592.600,00)	(573.058,70)	0,000	-0,423	(1.052.600,00)	(980.626,16)	-0,001	-0,737	(1.300.000,00)	(1.166.884,19)	-0,001	-0,904
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(592.600,00)	(573.058,70)	0,000	-0,423	(1.052.600,00)	(980.626,16)	-0,001	-0,737	(1.300.000,00)	(1.166.884,19)	-0,001	-0,904
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	2.500.000,00	2.417.561,16	0,002	1,784	2.700.000,00	2.515.381,56	0,002	1,891	2.800.000,00	2.513.289,02	0,002	1,948
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	1.600,00	1.547,24	0,000	0,001	1.600,00	1.490,60	0,000	0,001	1.600,00	1.436,17	0,000	0,001
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(11.353.921,92)	(10.979.520,28)	-0,008	-8,104	(11.989.741,55)	(11.169.916,59)	-0,009	-8,396	(1.200.000,00)	(1.077.123,86)	-0,001	-0,835
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(450.000,00)	(435.161,01)	0,000	-0,321	(500.000,00)	(465.811,40)	0,000	-0,350	(550.000,00)	(493.681,77)	0,000	-0,383

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:06:53

Assinado digitalmente
CINTIA DIAS CIOQUEIRA
DIOSCANIO-13177718776
30/04/2024 - 08:28:30

Assinado digitalmente
BARBARA NUNES
CERQUEIRA-08867746677
30/04/2024 - 08:57:27

Assinado digitalmente
JOAO PAULO SCHEITINO
MINETTI-08689892705
30/04/2024 - 13:32:16



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP

nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Documento digital, verifique em <https://vendanova.essencialbpm.com.br/governo-digital.html#/portal/>

Identificador: f0e3c38687aa6ba1e61831a14f258035

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2025

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
PIB real (crescimento % anual)	1,80	1,80	0,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,80	11,80	11,80
Câmbio (R\$/U\$\$ - Final do Ano)	5,30	5,35	5,40
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,41	3,80	3,79
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	135.000.000.000,00	137.700.000.000,00	140.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	140.099.000,00	142.799.000,00	143.771.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2025	2026	2027
Valor Corrente / 1,0341	Valor Corrente / 1,0734	Valor Corrente / 1,1141

Cintia Dias Siqueira Dioscanio
Contadora
CRC: 20.609/O

Barbara Nunes Cerqueira
Secretaria de Finanças
CPF: 088.677.466-77

João Paulo Schettino Mineti
Prefeito Municipal
CPF: 086.838.827-05



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/>
Identificador: f0e3c38687aa6ba1e61831a14f258035

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	133.000.000,00	0,104	140,131	148.867.854,99	0,108	156,849	15.867.854,99	11,931
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	130.626.166,00	0,102	137,630	137.381.993,66	0,100	144,748	6.755.827,66	5,172
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	133.000.000,00	0,104	140,131	154.502.961,12	0,112	162,786	21.502.961,12	16,168
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	132.097.100,00	0,103	139,179	137.501.597,33	0,100	144,874	5.404.497,33	4,091
Receita Total (COM FONTES RPPS)	133.000.000,00	0,104	140,131	148.867.854,99	0,108	156,849	15.867.854,99	11,931
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	133.000.000,00	0,104	140,131	154.502.961,12	0,112	162,786	21.502.961,12	16,168
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	(1.470.934,00)	-0,001	-1,550	(119.603,67)	0,000	-0,126	1.351.330,33	-91,869
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(1.470.934,00)	-0,001	-1,550	(119.603,67)	0,000	-0,126	1.351.330,33	-91,869
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.776.365,72	0,001	1,872	0,00	0,000	0,000	(1.776.365,72)	-100,000
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(10.200.000,00)	-0,008	-10,747	(31.336.517,72)	-0,023	-33,017	(21.136.517,72)	207,221

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2023

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2023	128.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2023	138.000.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024, às 08:08:39

<p>_____ Cintia Dias Siqueira Dioscanio Contadora CRC: 20.609/O</p>	<p>_____ Barbara Nunes Cerqueira Secretaria de Finanças CPF: 088.677.466-77</p>
<p>_____ João Paulo Schettino Mineti Prefeito Municipal CPF: 086.838.827-05</p>	

Assinado digitalmente
CINTIA DIAS CIOQUEIRA
DIOSCANIO-1317718776
30/04/2024 - 08:28:48
Assinado digitalmente
BARBARA NUNES
CERQUEIRA-08867746677
30/04/2024 - 08:57:27
Assinado digitalmente
JOAO PAULO SCHETTINO
MINETI-08683882705
30/04/2024 - 13:32:16



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 38003800380030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#/portal/> Identificador: 90643b55494653f7ddcebf406afc86e5

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	85.000.000,00	133.000.000,00	56,47	146.200.000,00	-1,79	149.600.000,00	2,33	152.800.000,00	2,14	154.272.000,00	0,96	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	84.730.800,00	130.626.166,00	54,17	140.914.981,00	2,57	147.100.000,00	4,39	150.100.000,00	2,04	151.472.000,00	0,91	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	85.000.000,00	133.000.000,00	56,47	146.200.000,00	-5,37	149.600.000,00	2,33	152.800.000,00	2,14	154.272.000,00	0,96	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	83.765.000,00	132.097.100,00	57,70	144.994.933,93	5,45	147.692.600,00	1,86	151.152.600,00	2,34	152.772.000,00	1,07	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	85.000.000,00	133.000.000,00	56,47	146.200.000,00	-1,79	149.600.000,00	2,33	152.800.000,00	2,14	154.272.000,00	0,96	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	85.000.000,00	133.000.000,00	56,47	146.200.000,00	-5,37	149.600.000,00	2,33	152.800.000,00	2,14	154.272.000,00	0,96	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	965.800,00	(1.470.934,00)	-252,30	(4.079.952,93)	3.311,23	(592.600,00)	-85,47	(1.052.600,00)	77,62	(1.300.000,00)	23,50	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	965.800,00	(1.470.934,00)	-252,30	(4.079.952,93)	3.311,23	(592.600,00)	-85,47	(1.052.600,00)	77,62	(1.300.000,00)	23,50	
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.749.770,08	1.776.365,72	-35,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(33.946.610,11)	(10.200.000,00)	-69,95	(10.751.820,00)	-65,69	(11.353.921,92)	5,60	(11.989.741,55)	5,60	(1.200.000,00)	-89,99	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	88.806.810,00	135.660.000,00	70,98	146.200.000,00	-3,72	144.666.860,07	-1,05	142.351.963,74	-1,60	138.475.043,94	-2,72	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	88.525.553,61	133.238.689,32	58,29	140.914.981,00	0,56	142.249.298,91	0,95	139.836.582,18	-1,70	135.961.754,92	-2,77	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	88.806.810,00	135.660.000,00	77,46	146.200.000,00	-7,23	144.666.860,07	-1,05	142.351.963,74	-1,60	138.475.043,94	-2,72	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	87.516.499,29	134.739.042,00	60,26	144.994.933,93	3,38	142.822.357,61	-1,50	140.817.208,34	-1,40	137.128.639,11	-2,62	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	88.806.810,00	135.660.000,00	70,98	146.200.000,00	-3,72	144.666.860,07	-1,05	142.351.963,74	-1,60	138.475.043,94	-2,72	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	88.806.810,00	135.660.000,00	77,46	146.200.000,00	-7,23	144.666.860,07	-1,05	142.351.963,74	-1,60	138.475.043,94	-2,72	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	1.009.054,32	(1.500.352,68)	-112,09	(4.079.952,93)	3.244,34	(573.058,70)	-85,95	(980.626,16)	71,12	(1.166.884,19)	18,99	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	1.009.054,32	(1.500.352,68)	-112,09	(4.079.952,93)	3.244,34	(573.058,70)	-85,95	(980.626,16)	71,12	(1.166.884,19)	18,99	
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.872.921,28	1.811.893,03	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(35.466.942,99)	(10.404.000,00)	-9,88	(10.751.820,00)	-66,36	(10.979.520,28)	2,12	(11.169.916,59)	1,73	(1.077.123,86)	-90,36	



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
 com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
 nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
 Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#/portal/>
 Identificador: 3a54a6293691ee79f53222be3f69efac

Assinado digitalmente
 CINTIA DIAS CIOQUEIRA
 DIOSCANIO-13177718776
 30/04/2024 - 08:28:00

Assinado digitalmente
 BARBARA NUNES
 CERQUEIRA-08867746677
 30/04/2024 - 08:57:27

Assinado digitalmente
 JOAO PAULO SCHEITINO
 MINETTI-08689892705
 30/04/2024 - 13:32:16

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2022	2023	2024*	2025*	2026	2027
3,50	2,43	2,00	3,41	3,80	3,79

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:09:08

<hr/> <p>Cintia Dias Siqueira Dioscanio Contadora CRC: 20.609/O</p>	<hr/> <p>Barbara Nunes Cerqueira Secretaria de Finanças CPF: 088.677.466-77</p>	<hr/> <p>João Paulo Schettino Mineti Prefeito Municipal CPF: 086.838.827-05</p>
-----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/>
Identificador: 3a54a6293691ee79f53222be3f69efac

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2025

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	195.866.566,62	100,000	188.524.949,32	100,000	170.257.033,23	100,000
Total	195.866.566,62	100%	188.524.949,32	100%	170.257.033,23	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:09:53

<hr/> <p>Cintia Dias Siqueira Dioscanio Contadora CRC: 20.609/O</p>	<hr/> <p>Barbara Nunes Cerqueira Secretaria de Finanças CPF: 088.677.466-77</p>
<hr/> <p>João Paulo Schettino Mineti Prefeito Municipal CPF: 086.838.827-05</p>	

Assinado digitalmente
CINTIA DIAS SIQUEIRA
DIOSCANIO-1317718776
30/04/2024 - 08:28:18

Assinado digitalmente
BARBARA NUNES
CERQUEIRA-08867746677
30/04/2024 - 08:57:26

Assinado digitalmente
JOAO PAULO SCHETTINO
MINETI-08683882705
30/04/2024 - 13:32:15



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 38003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP

nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#/portal/>

Identificador: 5350dac7df37c0b61ce168e13f5585b2

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2025

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.292.070,22	0,00	2.458,00
Alienação de Bens Móveis	1.278.274,10	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	13.796,12	0,00	2.458,00
DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	487.630,70
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	487.630,70
Investimentos	0,00	0,00	487.630,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2023 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2022 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2021 (i) = ((Ic - II f)
VALOR (III)	806.897,52	-485172,70	-485172,70

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:10:31

Cintia Dias Siqueira Dioscanio Contadora CRC: 20.609/O	Barbara Nunes Cerqueira Secretária de Finanças CPF: 088.677.466-77
João Paulo Schettino Mineti Prefeito Municipal CPF: 086.838.827-05	

Assinado digitalmente
 CINTIA DIAS SIQUEIRA
 DIOSCANIO-1317718776
 30/04/2024 - 08:29:33
 Assinado digitalmente
 BARBARA NUNES
 CERQUEIRA-08867746677
 30/04/2024 - 08:57:26
 Assinado digitalmente
 JOAO PAULO SCHETTINO
 MINETTI-08683882705
 30/04/2024 - 13:32:15



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 38003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP

nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Identificador: d72255bb03bf068e65d2d5ce5e013ef6

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA
2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2025	2026	2027	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Isenção	Área comprometida com servidão - Art.78, IX Lei 1398/2020	216,53	228,65	230,00	Anterior ao CTM.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Isenção	Contribuintes com mais de 65 anos - art.78, VIII Lei 1398/2020	921,29	972,88	1.000,00	Revisão e ampliação do cadastro imobiliário.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Isenção	Incentivo a proprietários de imóveis, que adotem medidas que estimulem a preservação e recuperação do meio ambiente - Lei 954/20111, alterada pela 965/2011 e 1262/2017.	2.067,52	2.183,30	2.200,00	Revisão e ampliação do cadastro imobiliário.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Isenção	Incentivo a regularização dos lotes - Art. 78, XI Lei 1398/2020	235.887,74	249.097,45	250.000,00	Anterior ao CTM e LRF.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Isenção	Incentivo às agremiações - art.78, II lei 1398/2020	4.881,68	5.155,06	6.000,00	Revisão e ampliação do cadastro imobiliário.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Isenção	IPU - contribuintes que pagam a vista - art. 77, Lei 1398/2020	97.452,89	102.910,25	105.000,00	Revisão e ampliação do cadastro imobiliário.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Outros beneficios	Imunidade de templos.	18.563,27	19.602,81	20.000,00	Art. 14, I, LC 101/2001
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Outros beneficios	Imunidade recíproca - imóveis estaduais	1.701,64	1.796,93	1.800,00	Art. 14, I, LC 101/2001
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Outros beneficios	Imunidade recíproca - imóveis federais	25.607,28	27.041,29	28.000,00	Art. 14, I, LC 101/2001
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Outros beneficios	Imunidade recíproca - imóveis municipais	173.610,39	183.332,57	184.000,00	Art. 14, I, LC 101/2001
"Impostos sobre Transm. "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis"	Outros beneficios	Art. 83, Lei 1398/2020 3	14.784,00	15.611,90	16.000,00	Lei 1398/2020
"Impostos sobre Transm. "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis"	Outros beneficios	Imunidade sobre bens ou direitos incorporados ao patrimônio da PJ em realização de capital ou sobre transferência e fusão, incorporação, cisão ou extinção de PJ.	6.336,00	6.690,82	7.000,00	Art. 14, I, LC 101/2001
"Impostos sobre Transm. "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis"	Outros beneficios	Incentivo a regularização de lotes - art. 88, Lei 1398/2020	70.122,73	74.049,60	75.000,00	Anterior ao CTM e LRF.
Imposto sobre Serv. de Qualquer Natureza - ISSQN	Outros beneficios	Contribuintes do ISS	26.400,00	27.878,40	28.000,00	Previsão de aumento de arrecadação com a criação de 5 cargos de auditores fiscais, com a reforma administrativa.
Taxas	Isenção	Art. 127 da Lei 1398/2020	3.597,38	4.178,99	5.000,00	Art. 127 da Lei 1398/2020
Taxas	Isenção	Contribuintes/ empresas	41.031,66	43.329,43	44.000,00	Art. 127 da Lei 1398/2020
Taxas	Isenção	Microempreendedores individuais	1.522.345,92	1.607.597,29	1.700.000,00	Lei 1135/2014, art. 12. unico



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 39003900330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Documento digital, verifique em <https://vendanova.essencialbpm.com.br/governo-digital.html#/portal/> Identificador: 31aa6abcfb07e7e98f18870bae06f27

Assinado digitalmente
CINTIA DIAS CIOQUEIRA
DIOSCANO-13177718776
30/04/2024 - 08:30:04

Assinado digitalmente
BARBARA NUNES
CERQUEIRA-08867746677
30/04/2024 - 08:57:26

Assinado digitalmente
JOAO PAULO SCHEITINO
MINET-08683882705
30/04/2024 - 13:32:15

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA

2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2025	2026	2027	
TAXA DE COLETA DE LIXO - Principal	Isenção	Taxa de coleta de lixo - contribuintes que pagam a vista - art.77, Lei 1398/2020	85.370,86	90.151,63	95.000,00	Revisão e ampliação do cadastro imobiliário.
Contrib. de Melhoria para Expansão da Rede de Ilumin. Públ. na Cidade	Outros benefícios	Lei 1532/2022	22.990,92	24.278,41	25.000,00	Lei 1532/2022
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	Isenção	Contribuintes que apresentarem atestado de miserabilidade	3.000,00	3.000,00	3.000,00	Lei Municipal 1398/2020, artigo 117, §5º
Total			2.356.889,70	2.489.087,66	2.596.230,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:11:21

Cintia Dias Siqueira Dioscanio
Contadora
CRC: 20.609/O

Barbara Nunes Cerqueira
Secretaria de Finanças
CPF: 088.677.466-77

João Paulo Schettino Mineti
Prefeito Municipal
CPF: 086.838.827-05



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/> Identificador: 31aa6abfcfb07e7e98f18870bae06f27

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	13.200.000,00
(-) Transferências Constitucionais	8.959.100,00
(-) Transferências ao FUNDEB	609.200,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	3.631.700,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	3.631.700,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	10.501.588,93
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuada)	10.501.588,93
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	(6.869.888,93)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:12:33

<hr/> <p>Cintia Dias Siqueira Dioscanio Contadora CRC: 20.609/O</p>	<hr/> <p>Barbara Nunes Cerqueira Secretaria de Finanças CPF: 088.677.466-77</p>
<hr/> <p>João Paulo Schettino Mineti Prefeito Municipal CPF: 086.838.827-05</p>	

Assinado digitalmente
CINTIA DIAS SIQUEIRA
DIOSCANIO-1317718776
30/04/2024 - 08:59:25

Assinado digitalmente
BARBARA NUNES
CERQUEIRA-08867746677
30/04/2024 - 09:48:16

Assinado digitalmente
JOAO PAULO SCHETTINO
MINETI-08683882705
30/04/2024 - 13:33:02



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 38003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#/portal/>
Identificador: 3d90353eda1252ab9da7a79d16ca7c56

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
ARRECADADORA	138.154.657,91	162.409.822,36	22,12	160.813.200,00	69,99	165.102.000,00	5,60	169.052.000,00	7,48	170.672.000,00	5,70
Receitas Correntes	133.042.287,65	157.090.732,18	18,08	151.584.385,00	-3,51	155.601.000,00	2,65	159.051.000,00	2,22	160.171.000,00	0,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.394.967,94	18.370.672,56	37,15	19.016.200,00	3,51	19.700.000,00	3,60	20.200.000,00	2,54	20.500.000,00	1,49
Contribuições	1.740.793,07	2.731.187,66	56,89	2.900.000,00	6,18	3.100.000,00	6,90	3.300.000,00	6,45	3.500.000,00	6,06
Receita Patrimonial	4.042.957,67	3.435.583,49	-15,02	2.385.019,00	-30,58	2.500.000,00	4,82	2.700.000,00	8,00	2.800.000,00	3,70
Receita de Serviços	133.197,80	340,45	-99,74	600,00	76,24	1.000,00	66,67	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Transferências Correntes	113.340.781,66	131.083.862,49	15,65	126.543.366,00	-3,46	129.500.000,00	2,34	132.000.000,00	1,93	132.500.000,00	0,38
Outras Receitas Correntes	389.589,51	1.469.085,53	277,09	739.200,00	-49,68	800.000,00	8,23	850.000,00	6,25	870.000,00	2,35
Receitas de Capital	5.112.370,26	5.319.090,18	4,04	9.228.815,00	73,50	9.501.000,00	2,95	10.001.000,00	5,26	10.501.000,00	5,00
Alienação de Bens	0,00	1.278.274,10	0,00	1.100,00	-99,91	1.000,00	-9,09	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Transferências de Capital	5.112.370,26	4.040.816,08	-20,96	9.227.715,00	128,36	9.500.000,00	2,95	10.000.000,00	5,26	10.500.000,00	5,00
DEDUÇÃO FUNDEB	(13.382.767,01)	(13.541.967,37)	1,19	(14.613.200,00)	7,91	(15.502.000,00)	6,08	(16.252.000,00)	4,84	(16.400.000,00)	0,91
Receitas Correntes	(13.382.767,01)	(13.541.967,37)	1,19	(14.613.200,00)	7,91	(15.502.000,00)	6,08	(16.252.000,00)	4,84	(16.400.000,00)	0,91
Transferências Correntes	(13.382.767,01)	(13.541.967,37)	1,19	(14.613.200,00)	7,91	(15.502.000,00)	6,08	(16.252.000,00)	4,84	(16.400.000,00)	0,91
TOTAL DA RECEITA	124.771.890,90	148.867.854,99	19,31	146.200.000,00	-1,79	149.600.000,00	2,33	152.800.000,00	2,14	154.272.000,00	0,96


FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:14:38

<p>_____ Cintia Dias Siqueira Dioscanio Contadora CRC: 20.609/O</p>	<p>_____ Barbara Nunes Cerqueira Secretaria de Finanças CPF: 088.677.466-77</p>	<p>_____ João Paulo Schettino Mineti Prefeito Municipal CPF: 086.838.827-05</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Assinado digitalmente
 CINTIA DIAS SIQUEIRA
 DIOSCANIO-13177718776
 30/04/2024 - 08:59:38

 Assinado digitalmente
 BARBARA NUNES
 CERQUEIRA-08867746677
 30/04/2024 - 09:48:15

 Assinado digitalmente
 JOAO PAULO SCHETTINO
 MINETI-08683882705
 30/04/2024 - 13:33:02


 Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
 com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
 nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
 Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpm.com.br/governo-digital.html#!/portal/>
 Identificador: 4bfc4d30b5a0c8f0807e09df73442d2a

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2025

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
DESPESAS CORRENTES	105.854.535,12	137.155.128,76	29,57	128.323.143,93	-6,44	129.740.000,00	1,10	133.650.000,00	3,01	134.569.400,00	0,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.575.177,24	58.787.016,79	34,91	58.957.533,93	0,29	62.015.000,00	5,19	65.020.000,00	4,85	65.179.400,00	0,25
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE APLICAÇÕES DIRETAS	5.808,93	22.173,38	281,71	10.000,00	-54,90	15.000,00	50,00	20.000,00	33,33	20.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.569.368,31	58.764.843,41	34,88	58.947.533,93	0,31	62.000.000,00	5,18	65.000.000,00	4,84	65.159.400,00	0,25
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVAS	62.279.357,88	78.368.111,97	25,83	69.365.610,00	-11,49	67.725.000,00	-2,37	68.630.000,00	1,34	69.390.000,00	1,11
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE APLICAÇÕES DIRETAS	12.360.111,35	26.614.709,41	115,33	28.045.300,00	5,38	24.000.000,00	-14,42	24.500.000,00	2,08	25.000.000,00	2,04
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE ÓRGÃO	66.411,66	136.240,35	105,15	70.000,00	-48,62	75.000,00	7,14	80.000,00	6,67	90.000,00	12,50
DESPESAS DE CAPITAL	48.693.110,61	50.417.162,21	3,54	39.858.310,00	-20,94	42.300.000,00	6,13	42.600.000,00	0,71	42.800.000,00	0,47
INVESTIMENTOS	1.159.724,26	1.200.000,00	3,47	1.392.000,00	16,00	1.350.000,00	-3,02	1.450.000,00	7,41	1.500.000,00	3,45
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE APLICAÇÕES DIRETAS	18.609.339,78	17.347.832,36	-6,78	16.322.990,00	-5,91	16.502.600,00	1,10	17.002.600,00	3,03	17.502.600,00	2,94
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	17.282.891,47	16.387.090,90	-5,18	16.322.390,00	-0,39	16.501.000,00	1,09	17.001.000,00	3,03	17.501.000,00	2,94
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.221,67	0,00	600,00	-50,89	1.000,00	66,67	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.282.891,47	16.385.869,23	-5,19	16.321.790,00	-0,39	16.500.000,00	1,09	17.000.000,00	3,03	17.500.000,00	2,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.326.448,31	960.741,46	-27,57	600,00	-99,94	1.600,00	166,67	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	600,00	0,00	600,00	0,00	600,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.326.448,31	960.741,46	-27,57	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
TOTAL DA DESPESA	124.463.874,90	154.502.961,12	24,13	146.200.000,00	-5,37	149.600.000,00	2,33	152.800.000,00	2,14	154.272.000,00	0,96


FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:16:05

Cíntia Dias Siqueira Dioscanio Contadora CRC: 20.609/O	Barbara Nunes Cerqueira Secretária de Finanças CPF: 088.677.466-77	João Paulo Schettino Mineti Prefeito Municipal CPF: 086.838.827-05
--------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------

Assinado digitalmente
 CINTIA DIAS SIQUEIRA
 DIOSCANIO13177718776
 30/04/2024 - 08:59:54

Assinado digitalmente
 BARBARA NUNES
 CERQUEIRA10866746677
 30/04/2024 - 09:48:15

Assinado digitalmente
 JOAO PAULO SCHETTINO
 MINETI108683882705
 30/04/2024 - 13:33:02


 Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
 com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
 nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
 Documento digital, verifique em <https://vendanova.essencialbpm.com.br/governo-digital.html#!/portal/>
 Identificador: 845f79ab83f88ca64a4a4e4ef5985d8e

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

Unidade Gestora: Fundo de Assist. Social de Venda Nova do Imigrante
Programa: 0032 - ATENDIMENTO AS NECESSIDADES SOCIAIS
OBJETIVO: Promover Assistência, proteção e integração de pessoas carentes.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.066	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	0,00	1.150.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA
2.071	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	UNIDADE	0,00	1.350.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA
Total Programa				2.500.000,00	

Assinado digitalmente
CINTIA DIAS CIOQUEIRA
DIOSCANO1317718776
30/04/2024 - 09:00:08

Assinado digitalmente
BARBARA NUNES
CERQUEIRA10886746677
30/04/2024 - 09:48:15

Assinado digitalmente
JOAO PAULO SCHETTINO
MINETTI08683882705
30/04/2024 - 13:33:02



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/>
Identificador: 886739e998005f7434e50bed2f967322

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

Unidade Gestora: Fundo de Saúde de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0013 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

OBJETIVO: Implantar ações de prevenção, assistência e vigilância à saúde da população.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.040	TRANSFERÊNCIA DE RECUSOS PARA ENTIDADES LIGADAS A SAÚDE	UNIDADE	0,00	3.400.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS REALIZADAS
2.041	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA - SUS	UNIDADE	0,00	11.200.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA

Unidade Gestora: Fundo de Saúde de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0014 - ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: Promover ações que garantam a promoção, recuperação e prevenção da saúde.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.043	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	UNIDADE	0,00	2.000.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA
2.044	REPASSE AO CIM PEDRA AZUL	UNIDADE	0,00	1.350.000,00	REPASSES CONCEDIDOS
2.106	TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PARA ENTIDADES LIGADAS A SAÚDE	UNIDADE	0,00	21.167.600,00	PROGRAMA MANTIDO
Total Programa				39.117.600,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0001 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: Promover ações de apoio governamental.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.009	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	UNIDADE	0,00	4.300.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA
2.019	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	UNIDADE	0,00	4.200.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0005 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

OBJETIVO: Assegurar Alimentação Balanceada e de qualidade aos alunos da rede pública.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.018	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	UNIDADE	0,00	1.200.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0008 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO: Elevar os padrões de qualidade do ensino fundamental.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.025	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE	0,00	13.000.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA
3.020	CONSTRUÇÃO DE GARAGENS PARA ÔNIBUS ESCOLARES NAS LOCALIDADES DE VARGEM GRANDE E SÃO JOÃO DE VIÇOSA	UNIDADE	0,00	500.000,00	OBRA EXECUTADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0009 - TRANSPORTE ESCOLAR

OBJETIVO: Promover ações que garantam o transporte escolar de qualidade aos alunos da rede pública de ensino.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.027	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRANSPORTE ESCOLAR	UNIDADE	0,00	1.800.000,00	TRANSPORTE ESCOLAR MANTIDO



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/> Identificador: 886739e998005f7434e50bed2f967322

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante
Programa: 0011 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
OBJETIVO: Promover e implementar ações que garantam a qualidade da Educação Infantil.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.029	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	0,00	11.500.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA
2.031	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES	UNIDADE	0,00	3.200.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA
3.021	AQUISIÇÃO DE TERRENO, CONSTRUÇÃO E OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	UNIDADE	0,00	1.150.000,00	TERRENO ADQUIRIDO
3.027	CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO BAIRRO OLIMPIO PERIM	UNIDADE	0,00	1.000.000,00	OBRA EXECUTADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante
Programa: 0015 - SANEAMENTO BÁSICO
OBJETIVO: Promover ações para garantir melhoria das condições sanitárias e de abastecimento de água.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
3.057	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	UNIDADE	0,00	500.000,00	SANEAMENTO BÁSICO REALIZADO

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante
Programa: 0017 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
OBJETIVO: Promover ações que garantam o aumento da produtividade agrícola com qualidade.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.049	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	UNIDADE	0,00	1.550.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante
Programa: 0018 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
OBJETIVO: Promover ações para incentivo à agricultura familiar no município.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.051	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VALE FEIRA	UNIDADE	0,00	1.750.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante
Programa: 0021 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA
OBJETIVO: Executar serviços de infra-estrutura, visando a melhoria de qualidade de vida da população.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
3.043	ABERTURA, REABERTURA E CALÇAMENTO DE RUAS E AVENIDAS	UNIDADE	0,00	2.950.000,00	RUAS CALÇADAS



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
 com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
 nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
 Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpm.com.br/governo-digital.html#/portal/>
 Identificador: 886739e998005f7434e50bed2f967322

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0022 - ENERGIA PARA TODOS

OBJETIVO: Garantir a energia elétrica com qualidade para toda a população do município.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.056	MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	UNIDADE	0,00	1.700.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0023 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

OBJETIVO: Promover e Executar a manutenção dos serviços urbanos.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.053	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	UNIDADE	0,00	11.000.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0026 - MELHORIA DAS ESTRADAS VICINAIS

OBJETIVO: Promover ações que garantam melhorias nas estradas vicinais do município, possibilitando maior escoamento da produção agrícola.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.090	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A SECRETARIA DE INTERIOR E TRANSPORTE	UNIDADE	0,00	3.500.000,00	MANUTENÇÃO REALIZADA

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Programa: 0042 - PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO E ARTESANATO

OBJETIVO: Fomentar o turismo e o artesanato no município

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	META	FINANCEIRO	RESULTADO ESPERADO
2.104	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A FESTAS E EVENTOS	UNIDADE	0,00	3.000.000,00	FESTAS E EVENTOS MANTIDOS

Total Programa				67.800.000,00	
Total Geral				109.417.600,00	

FONTES: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:17:40 .



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/> Identificador: 886739e998005f7434e50bed2f967322

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
2025

Cintia Dias Siqueira Dioscanio

Contadora
CRC: 20.609/O

Barbara Nunes Cerqueira

Secretaria de Finanças
CPF: 088.677.466-77

João Paulo Schettino Mineti

Prefeito Municipal
CPF: 086.838.827-05



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 39003600330030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/>
Identificador: 886739e998005f7434e50bed2f967322

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais		PAGAMENTO DE PRECATORIOS	152.121,87
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	152.121,87
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
TOTAL		TOTAL	152.121,87

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Apoio Administrativo, Emissão: 30/04/2024 , às 08:19:56

Cintia Dias Siqueira Dioscanio
Contadora
CRC: 20.609/O

Barbara Nunes Cerqueira
Secretaria de Finanças
CPF: 088.677.466-77

João Paulo Schettino Mineti
Prefeito Municipal
CPF: 086.838.827-05



Autenticar documento em <https://camaravni.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 38003800330030003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP

nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Documento digital, verifique em: <https://vendanova.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal/>
Identificador: 17dd1405f173238598b215795c99ddb6